

**O Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ:
reflexões sobre seus vinte anos**

*The Graduate Program on Political History of UERJ:
considerations about your 20th Anniversary*

Lucia Maria Bastos P. Neves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lubastos52@gmail.com

Tania Maria T. Bessone da C. Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
bessone@uerj.br

Resumo: O presente texto analisa a criação e a trajetória de vinte anos do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ, criado em 1995. Aborda também as principais questões teórico-metodológicas que definiram seus objetivos e suas ações, ao mesmo tempo que desenvolve argumentos em torno de seus projetos acadêmicos, da participação no processo de seus docentes e discentes até o momento atual, com novos desafios e novas perspectivas.

Palavras-chave: Universidade; História; Trajetória; História da educação.

Abstract: The present text analyses the creation and trajectory of the Graduate Program on Political History of UERJ, created in 1995, during its 20th anniversary. It also approaches the main theoretic-methodological issues that have defined its purposes and actions, whilst developing, at the same time, arguments around its academic projects, with the participation of its teachers and students, until today, with new challenges and new perspectives.

Keywords: University; History; Trajectory; History of education.

Política: ciência de enganar; refinada velhacaria; sistema de tramoias, inventado e propagado na Europa no tempo de Luís XIV e levado à perfeição no tempo de Napoleão Bonaparte.¹

Era assim que um publicista, na época da independência do Brasil, definia política em seu *Dicionário Corcundático*, ou seja, um dicionário que explicava as novas palavras que se ressignificavam com o advento do movimento constitucionalista de 1821. O título da obra indicava um dicionário que explicava os termos sob a ótica dos Corcundas, ou seja, dos partidários do Antigo Regime. Essa pequena história demonstra que a política sempre foi alvo de críticas, de elogios e de muitos comentários.

A História Política não ficou muito longe dessa perspectiva. Vitoriosa no campo da historiografia do oitocentos, conheceu seus primeiros críticos no início do século XX. Até então, significava a simples acumulação de dados em ordem cronológica, a narrativa de “fatos”, o destaque para o episódico, casual ou anedótico, a biografia das grandes personagens, a descrição de batalhas monumentais, a relação entre as nações centradas na diplomacia, a identificação da História com a edificação da ordem nacional e o positivismo metodológico. Era uma história narrativa, linear, descritiva, limitada a contar crises ministeriais, mudanças de regime ou de chefes de governo. Voltando-se para as peripécias superficiais, essa história política abordava a conjuntura e a eventualidade em vez de se interessar pelas estruturas profundas e pelo tempo longo. Trabalhava segundo a ótica elitista, psicológica e nitidamente dominada pela biografia dos grandes homens, não se preocupando com os fenômenos históricos em função das massas. Enfim, como afirma René Rémond, “factual, subjetivista, psicológica, idealista, a história política reunia, em si, todos os defeitos do gênero de uma história, do qual uma geração aspirava acabar como reino e lançá-lo no esquecimento”.²

No século XX, a história política conheceu seu inferno, mas também seu paraíso. Criticada pelos historiadores dos *Annales*, pelos marxistas e pelos estruturalistas, ela foi abandonada em grande parte pelo mundo acadêmico, embora continuasse a ser destaque em livros de divulgação e, sobretudo, de caráter biográfico. Como afirmou Julliard, “a história política não desapareceu”, pois ela continuou “a representar quantitativamente uma fração importante, provavelmente dominante, da produção de livros consagrados ao passado”.³ No entanto, a partir da segunda metade do século XX, uma nova maneira de pensar o político começou a ser estruturada, especialmente pela historiografia francesa, em que se destacaram: o grupo de René Rémond, François Furet e Pierre Rosanvallon. Não cabe aqui fazer um histórico de todas essas questões, mas apenas indicar os motivos da escolha de História Política como área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UERJ.

O início da década de 90 marcou a titulação de diversos professores do Departamento de História na categoria de doutor. Por meio de suas pesquisas em História do Brasil, História da América e História Moderna e Contemporânea procuraram realizar (e realizaram) alterações positivas na graduação, promovendo a melhoria acentuada da qualidade acadêmica e uma maior integração do corpo docente. Assim, tornou-se anseio desses jovens doutores a criação de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de buscar uma articulação mais densa entre ensino e pesquisa. Ao lado disso, deve-se ainda destacar que a implementação do regime em trabalho integral para os professores possibilitou a criação de

¹ LIMA, José Joaquim Lopes de. *Suplemento ao Dicionário corcundativo ou explicação das frases dos corcundas*. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821, p. 7.

² RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 18.

³ JULLIARD, Jacques. A Política. In: J. Le Goff & P. Nora (Orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 184.

um espaço de discussão e reflexão no Departamento de História, levando a uma política de qualificação de seus professores. Vários desses jovens doutores tinham como ponto de partida em suas abordagens a história política renovada ou, pelo menos, trabalhavam na confluência da história política, da história social e da história cultural.

Nesse sentido, depois de muito trabalho e esforço, o curso de Mestrado foi estruturado na forma de um centro de pesquisa de excelência, destinando-se à formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e de docência na área de História, tendo como área de concentração a História Política. Tratava-se do primeiro curso nesse viés entre os programas de pós-graduação do Rio de Janeiro, que já totalizavam três cursos: o Programa da UFF (mestrado em 1971), da UFRJ (mestrado em 1982) e da PUC (mestrado em 1986/1987).

Destaque-se que a origem do PPGH foi fundamentada em um curso *lato sensu* em História das Relações Internacionais, instituído em 1993 e transformado em núcleo de experimentação de estratégias acadêmicas e administrativas, fundamentais para a criação do Mestrado. O curso era reconhecido e apoiado institucionalmente pela CAPES, por meio de bolsas de aperfeiçoamento e taxas de bancada. Os egressos do curso constituíam-se também em potenciais candidatos para o mestrado. Esse curso de Especialização manteve-se até 2012, quando foi extinto, devido à criação, em 2009, do Mestrado em História das Relações Internacionais e do curso de graduação de Relações Internacionais. Deve-se ressaltar que ocorreu, nos anos 70 e 80 do século XX, uma renovação paralela da história política e da história das relações internacionais. Na origem dessa inovação, dois fatos distintos encontram-se ligados: de um lado, o impacto das modificações operadas no sistema internacional – a estruturação de uma nova (des)ordem internacional, em que se priorizou o fim da Guerra Fria, o desmantelamento da União Soviética e do Leste Europeu, a formação de megablocos, concomitantemente a uma explosão de nacionalismos em diversos pontos do planeta; de outro, as significativas mudanças teórico-metodológicas, por meio da incorporação de novos instrumentos conceituais e, fundamentalmente, de uma nova postura em face do objeto de investigação.⁴

A escolha da área de concentração em História Política justificava-se, por conseguinte, pela renovação dos estudos do político que já vinham acontecendo no âmbito da historiografia internacional. Além disso, voltava-se para os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores do Departamento de História que estabeleciam uma interação entre a história política, a história social, a história cultural e a história das relações internacionais. Do diálogo da história com as ciências sociais, herança dos *annalistes*,⁵ um novo leque de opções e métodos foi aberto. A pluridisciplinaridade possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação bem como a construção de novas problemáticas, levando à constituição do novo curso de Mestrado.

Duas linhas de pesquisa foram propostas com o objetivo de congregar as pesquisas já desenvolvidas no Departamento de História nos diversos laboratórios de estudos: Política e Sociedade e História das Relações Internacionais. A primeira linha – Política e Sociedade – englobava diversos campos que correspondiam a matrizes teóricas e produções historiográficas distintas entre si, embora estreitamente interligadas. Um campo voltava-se para a concepção da política como esfera de gestão, cujos objetos de

⁴ Para este assunto ver, principalmente, DUROSELLE, Jean-Baptiste & RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967; MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: R. Rémond (dir.). *Por uma história política*. Op. cit., pp. 365-399. DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá* – teoria das relações internacionais. Brasília: EdUnB, 2000.

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

pesquisa tanto podem ser políticas públicas como propostas de políticas sociais ou econômicas. Nesse ponto, colocava-se a questão do Estado e das instituições governamentais, ressaltando-se que não se analisava aquele como o único agente responsável pela constituição da nação. Ampliava-se a concepção de suas fronteiras e das fronteiras da própria ação política. O Estado passava a ser abordado, segundo a visão de Rosanvallon,⁶ como um problema político, não como uma estrutura unificada e coerente. Nessa perspectiva, pensar a história do Estado significa articular os fatos políticos, a dimensão econômica, as ideias e representações sociais e culturais. O Estado precisa ser abordado sob prisma multifacetado, dinâmico e relacional, que possa captar as dimensões políticas, burocráticas, geográficas, econômicas, sociais e culturais.⁷

Em termos de métodos de investigação, essa compreensão da política como *locus* de gestão desenvolve-se ainda através do estudo de elites (prosopografias), abordagem que vinha sendo utilizada pela ciência política já há algum tempo e que ganha sua especificidade dentro da perspectiva histórica.⁸ Outro campo pode ser marcado pelo conceito de sociedade civil (compreendida como o conjunto de grupos, comunidades e instituições não estatais) e suas formas de organização e expressão.⁹ Essa tem sido a visão predominante sobre o conceito, embora a complexidade da “sociedade civil” esteja longe de ser facilmente equacionada. Se a abordagem marxista-leninista aponta para a convergência entre sociedade e Estado, com a fusão de ambos por meio de um “partido de massas”, o enfoque liberal, levado ao extremo pelo neoliberalismo contemporâneo, valoriza a autonomia da “sociedade civil” e sua independência diante do Estado. Todavia, outra perspectiva gerada, a partir do conceito de “esfera pública”, elaborado por Habermas e Koselleck, mesmo sem substituir a “sociedade civil”, vem servindo de matriz para diversas produções historiográficas.¹⁰

A segunda linha – História das Relações Internacionais – objetivava a análise das ligações entre a política interna dos Estados e as relações que estes mantêm com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional. Sem deixar de priorizar o ator Estado, a linha dirigia seu olhar inquiridor para as relações econômicas-financeiras-comerciais, para as relações intersocietais, para as organizações governamentais e não governamentais, para os fenômenos migratórios, para o jogo das influências socioculturais, para a elaboração e manipulação das imagens e percepções, entre tantos outros aspectos conformadores da complexa teia das relações internacionais. Incorporava, assim, novos instrumentos conceituais e uma nova postura em face do objeto sob investigação.¹¹

Com tais perspectivas, o curso foi iniciado em 1995, com um corpo docente formado por catorze professores do quadro permanente, quatro professores participantes (atuais colaboradores) e um professor com bolsa de recém-doutor pelo CNPq. Em sua maioria, os professores tinham realizado seu doutorado na Universidade de São Paulo, embora houvesse ainda professores formados pela Universidade Complutense de Madrid, Universidade de Essex, Universidade Livre de Berlim e pela Sorbonne. A primeira seleção,

⁶ ROSSANVALON, Pierre. *L'État en France de 1789 à nos jours*. Paris: Seuil, 1990.

⁷ SCHAUB, Jean-Frédéric. L'Histoire politique sans l'État: mutations et reformulations. In: BARROS, Carlos (ed.). *Historia a debate*. Actas del Congreso Internacional “A Historia a Debate”, julio de 1993. Santiago de Compostela: Historia a Debate, 1995, pp. 217-236.

⁸ STONE, Lawrence. Prosopografia [1987]. *Revista de Sociologia e Política*. [online]. Curitiba, v. 19, n. 39, pp. 115-137, 2011.

⁹ BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. [Trad.]. São Paulo, Editora da UNESP, 2014. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. [Trad.]. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.

¹¹ A linha foi estruturada, sobretudo, a partir da abordagem de Duroselle e Renouvin em *Introdução à História das Relações Internacionais*. *Op. cit.*

realizada em agosto de 1995, contou com 59 candidatos inscritos para as 25 vagas oferecidas. A primeira defesa de dissertação de mestrado ocorreu em 21 de setembro de 1998, totalizando seis defesas de dissertação naquele mesmo ano.

O objetivo primordial, ao longo desses primeiros anos, era de efetivar a consolidação do Programa a fim de elevar seu conceito e de se poder pensar na criação de um curso de Doutorado. Inúmeras propostas foram realizadas buscando essa meta. Portanto, procurou-se cada vez mais um equilíbrio no corpo docente, em especial no redimensionamento gradual do corpo permanente, uma melhoria na produção acadêmica entre seus professores, tanto em livros autorais, organização de coletâneas temáticas, produção de artigos para periódicos especializados na área, inserção do Programa em atividades nacionais e internacionais, diálogo com outros programas de pós-graduação e a possibilidade de receber alunos dos diversos cursos de pós-graduação das universidades do Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil, quanto, da mesma forma, se incentivou a produção discente. Como resultado, ocorreu um aumento no número de defesas de dissertação de mestrado, obtendo-se, até o ano 2000, um total de 34 defesas.

O alcance do objetivo de sedimentar o Programa veio na avaliação trienal finalizada em 2000, quando se obteve o conceito 4, podendo-se assim pensar na elaboração de um projeto de curso de Doutorado. Frente a essa nova situação, foi formada uma comissão para a elaboração do novo curso. O trabalho foi árduo, mas obteve-se em 2004 sua principal finalidade – a criação do curso de Doutorado. Assim, o PPGH passou por uma reformulação em sua estrutura, em virtude da criação desse curso. Estruturavam-se os cursos de mestrado e doutorado, concebidos como níveis distintos, tendo, cada um, sua própria terminalidade, articulados, no entanto, em termos de ensino e pesquisa. A área de concentração, entendida como o campo específico do conhecimento histórico que constitui a referência central de estudos e pesquisas desenvolvidos no Programa, permaneceu a mesma – História Política. A manutenção de uma única área de concentração traduzia assim a proposta essencial do Programa, assegurando um espaço institucional coerente, ao longo de mais de uma década, em que as diferentes pesquisas se desenvolveram em torno de um eixo comum que assegurou uma constante renovação e especialização historiográfica no vasto campo da História Política. Dessa forma, o PPGH garantia que suas atividades de docência e pesquisa guardavam o rigor e a coerência necessários para que lhe fosse assegurada a referência conquistada no domínio da História Política, inclusive por ser uma proposta singular em meio aos outros programas de pós-graduação do Rio de Janeiro.

A estrutura acadêmica foi alterada em suas linhas de Pesquisa, que passaram a três, em virtude de maior equilíbrio e de reunir de forma mais adequada os eixos temáticos de pesquisa dos professores: Política e Sociedade, Política e Cultura (um desdobramento da linha anterior) e Relações Internacionais (até então, denominada História das Relações Internacionais). A linha Política e Sociedade manteve os mesmos objetivos, ampliando-se sua análise para além da relação do Estado e da sociedade. Novos campos de estudo passaram a fazer parte dos projetos de pesquisa apresentados: os espaços públicos, o estudo das sociabilidades, os movimentos sociais, que enfatizam a revelação das opiniões políticas que se colocam não só nas falas das elites e de determinados segmentos, mas também das experiências dos homens comuns, priorizando recortes de classe, gênero e/ou etnia.

Na História Política, esse campo em torno da “sociedade civil” ou dos “espaços públicos” tem revelado férteis caminhos. A começar pelo estudo das sociabilidades, reabilitado por Maurice Agulhon,¹² no sentido de analisar a densidade das associações num contexto cronológico e geográfico definido, destacando-se as confrarias, sociedades públicas, associações profissionais, maçônicas e outras formas distintas do modelo dos partidos políticos contemporâneos. O estudo dos partidos políticos também se revela promissor, na medida em que não se compreende a vida partidária restrita aos Parlamentos, mas englobando processos e resultados eleitorais, mobilizações e conflitos políticos.¹³ Merecem, ainda, atenção as sociabilidades informais, ou não institucionalizadas, que se caracterizam por agrupamentos familiares, de clientela, de vizinhança, entre outros.

Outro caminho que ganha novas perspectivas dentro do mesmo campo refere-se aos movimentos sociais, que enfatizam a revelação das opiniões políticas que se colocam para além das falas das elites e de determinados segmentos, priorizando recortes de classe, gênero e/ou etnia. Essas novas opções vêm demonstrando que era totalmente desprovida de fundamento a tese de que as experiências coletivas do homem comum eram inacessíveis, não apresentavam importância ou eram de pequeno significado histórico, conforme magistralmente demonstrou Edward Thompson em 1965, no prefácio de uma das principais obras da história inglesa: *A formação da classe operária inglesa*, que recuperou e revolucionou temáticas praticamente abandonadas. A partir desses novos caminhos, novas fontes passaram a ganhar relevância: diários, cartas, memórias, manifestos políticos, processos policiais etc, demonstrando a existência de documentos que podiam “dar voz” aos até então silenciados ou esquecidos.¹⁴

A história das mulheres firma-se quase à mesma época, a partir de estudos de autores como Joan Scott, nos Estados Unidos, e Michelle Perrot, na França. Nesse caso, o feminismo como movimento político foi o ponto de partida para a formação de um novo campo de investigação firmado nos anos 70. Cerca de uma década depois, o gênero transformou-se em categoria analítica, mas, ante a neutralidade do termo, as mulheres permaneceriam destacadas no escol das novas possibilidades reveladas, priorizados outros recortes, outros ritmos, outros olhares e outras sensibilidades, em uma perspectiva de colocar em evidência a questão “das diferenças dentro da diferença”.¹⁵

Os estudos que priorizam os movimentos com recortes étnicos (negros e indígenas, por exemplo) traçaram também um caminho que, iniciado no político atingiu o acadêmico. Ou seja, a partir dos gritos contra a discriminação/exclusão e da luta por políticas sociais afirmativas, novos atores, igualmente silenciados ou esquecidos, emergiram na História, possibilitando estudos sobre formas de dominação, racismo e escravidão.

Em última instância, a história dos movimentos sociais na atualidade pretende levar em conta não apenas os momentos de explosão (que por vezes são os mais ricos de elementos), mas também a

¹² AGULHON, Maurice. *La sociabilité meridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle*. Aix em Provence: La Pensée Universitaire, 1966; *Idem*. *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de la sociabilité*. Paris: Armand Colin, 1977.

¹³ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política...* pp. 57-98.

¹⁴ Cf. THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 v.; HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. [Trad.]. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁵ SCOTT, Joan. “Women’s History: The Modern Period”. *Past and Present*. Oxford, 101, pp. 141-57, 1983; *Idem*. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAAnero-Joan%20Scott.pdf [Trad.]. Texto original: Gender: a useful category of historical analyses. In: *Gender and the politics of History*. New York, Columbia University Press, 1989; PERROT, Michele. *Minha História das mulheres*. [Trad.]. São Paulo: Contexto, 2007; *Idem*. *Mulheres ou os silêncios da História*. [Trad.]. São Paulo: EDUSC, 2005.

politização do cotidiano, de que servem de exemplo trabalhos sobre a violência das multidões.¹⁶ Nesse domínio, o diálogo entre História e Antropologia tem se mostrado fecundo, na medida em que o conhecimento das “culturas populares” e das “sociedades tradicionais” permite aos historiadores a retomada da abordagem em torno de estratégias de resistência, interação ou tentativas de integração perante a ordem dominante. O estudo de Genovese sobre a dimensão política da escravidão e a presença direta e indireta dos escravos na vida política nacional dos Estados Unidos permanece, nesse sentido, como exemplo paradigmático desta tendência.¹⁷

Já a linha de pesquisa Política e Cultura constituiu-se em um vasto campo de investigação, que se define em torno do conceito de cultura política e da dimensão do poder simbólico, agrupando-se os estudos que se situam na encruzilhada entre a história política e a história cultural.¹⁸ As atividades de pesquisa e ensino contidas nesse campo expressam o interesse pelos fenômenos de transmissão de crenças, normas e valores, bem como pela história dos intelectuais e da cultura, do estudo da percepção e das sensibilidades, das ideias políticas, não no sentido pejorativamente “idealista”, mas de uma análise histórica de conceitos, ideologias e visões de mundo em estreita ligação com o poder social, da história dos conceitos e, por fim, da interseção entre cultura e memória como universos em que são elaboradas as experiências históricas, permitindo reler-se historicamente a modernidade, à luz das narrativas heterogêneas que a constituem, explorando a complexidade do relato histórico como uma forma de representação do passado, bem como sua relação com a tradição.

O conceito de cultura política, elaborado tanto a partir da historiografia inglesa quanto da francesa, entende a política como atividade essencialmente simbólica, através da qual os indivíduos e grupos se expressam e se relacionam. Assim, cultura política coloca-se como o conjunto dessas práticas simbólicas e reivindicações, participando, em consequência, do processo de definição das identidades e de filiações, bem como da formulação das instituições de poder.¹⁹ Trata-se, portanto, de um dos aspectos estruturantes, fundamentais do processo histórico – não mero reflexo de “condições materiais”. Nesse sentido, aparecem com frequência na historiografia atual estudos sobre o poder dos símbolos, assim como dos símbolos do poder.²⁰

Em outra perspectiva, os estudos do político também se voltaram para os comportamentos coletivos e seus efeitos, revelando os aspectos que essa análise indica da percepção e das sensibilidades. Assim, inúmeras pesquisas debruçaram-se sobre o estudo das representações e dos mitos, em que se trata de compreender o político não apenas como um jogo no qual se elaboram as táticas e estratégias de ascensão

¹⁶ RUDÉ, Georges. *A multidão na História*. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. [Trad.]. Rio de Janeiro: Campus, 1991. JULIA, Dominique. La violence des foules: peut-on élucider l'inhumain? In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passés recomposés: champs et chantiers de l'Histoire*. Paris: Autrement, 1995, pp. 208-223.

¹⁷ GENOVESE, Eugene. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economic and Society of the Slave South*. Second Edition. Middletown: Wesleyan University Press, 1989.

¹⁸ RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. [Trad.]. Lisboa: Estampa, 1998; BERCÉ, Y.M. “Une pratique politique fantasmée: la conjuration”. In: BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.), *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998, pp. 173-180.

¹⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural... Op. cit.*, pp. 349-363; BAKER, Keith (ed.). *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture: The Political Culture of the Old Regime*. v. 1. Oxford: Pergamon, 1989; *Idem*. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*. Madrid, 62 (2), 2006, pp. 89-110.

²⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; AGULHON, Maurice. *Marianne au combat*. L'imagerie et la symbolique républicaine de 1789 à 1880. Paris: Gallimard, 1979; SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. [Trad.]. Lisboa: Difel, 1989. CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietudes*. [Trad.]. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. LE GOFF, J. “Les retours dans l'historiographie française actuelle”. In: BARROS, C. (ed.). *Historia a debate... Op. cit.*, pp. 157-166.

ao poder, mas também como um cadinho no seio do qual se molda o imaginário.²¹ O imaginário de uma sociedade encontra-se sempre inserido em um domínio particular de produções e práticas, supostamente distintas de outros níveis, como as do econômico ou do social, e que se manifesta “nas palavras, nos gestos e nos ritos”. Cultura essa que fornece os elementos para as representações através das quais os indivíduos elaboram o sentido de sua existência ao traduzirem mentalmente a realidade exterior que percebem.²²

As atividades de pesquisa e ensino contidas nesse campo expressam ainda uma intersecção entre política e cultura e o interesse pelos fenômenos de transmissão de crenças, normas e valores, bem como pela história dos intelectuais e da cultura, do estudo da percepção e das sensibilidades. A começar por uma história das ideias políticas, não no sentido “idealista”, mas de uma análise histórica de conceitos, ideologias e visões de mundo em estreita ligação com o poder social, da qual a obra de Ronsavallon é um exemplo,²³ ou por uma história que se fundamenta, até certo ponto, nos trabalhos da chamada “Escola de Cambridge”, representada por Q. Skinner, J. G. A. Pocock, A. Pagden e outros, que procuram uma análise do pensamento político e das ideias políticas, inserindo-os nos seus contextos e buscando as matrizes sociais, culturais e intelectuais com as quais as elites dialogavam em seu momento de formação.²⁴ Além disso, passando também por uma história social da cultura, consubstanciada nos trabalhos de Chartier e Roche, incluindo o estudo de livros, livrarias, bibliotecas públicas e privadas, práticas de leitura e recepção de leitores.²⁵ Retoma-se também a relação entre História e impressos, em que surge a noção de “opinião pública” e a recuperação dos veículos de comunicação, como fonte de expressão dos agentes históricos,²⁶ o que compreende, igualmente, a história dos intelectuais e suas ligações com o poder, seus engajamentos, sua função crítica e afirmação de autonomia, enfim, a posição singular que ocupam na sociedade, do mesmo modo que as técnicas utilizadas pela intelligentsia – comitês, manifestos, petições e cartas abertas, como mecanismos de circulação de ideias, colaborações, compromissos e resistências.²⁷

Mas há ainda um terceiro eixo de investigação que ultrapassa os canais de socialização política tradicional, uma vez que as culturas políticas são codificadas e transmitidas. Nesse sentido, a memória constitui-se em elemento fundamental na análise das culturas políticas. Como evidencia Pierre Nora, a invenção dos lugares de memória, as políticas de conservação do patrimônio, as culturas dos museus e suas estratégias de utilidade, as comemorações e os centenários, os monumentos, as representações do passado na historiografia, na literatura, na música e no cinema estão no centro das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas. E sua aquisição e interiorização seguem motivando atos políticos.²⁸ Por fim, tomando a cultura e a memória como universos onde são elaboradas as experiências históricas, podemos reler historicamente a modernidade, à luz das narrativas heterogêneas

²¹ AGULHON, M.. *Marianne au combat: L'imagerie et la symbolique républicaine de 1789 à 1880*. Paris: Gallimard, 1979. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. [Trad.]. Lisboa: DIFEL, 1990. GIRARDET, R.. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²² CHARTIER, Roger. *A história cultural:...* Op. cit., pp. 13-28.

²³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

²⁴ SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005. POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. PAGDEN, A. (ed.) *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²⁵ MARTIN, Henri-Jean & CHARTIER, Roger (dir.). *Histoire de l'édition française: Le livre triomphant 1660 – 1830*, v. 2. Paris: Gallimard, 1984. ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres*. Paris: Seuil, 1988.

²⁶ BAKER, Keith. *Au tribunal de l'opinion publique: Essais sur l'imaginaire politique au XVIII^e siècle*. Paris: Payot, 1993. FARGE, Arlette. *Dire et mal dire. L'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Le Seuil, 1992.

²⁷ WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. GOETSCH, P. & LOYER, E. *Histoire culturelle et intellectuelle de la France au XX^e siècle*. Paris: Armand Collin, 1994. TREBITSCH, M. & GRANJON, M.C. (dir.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Paris: Éditions Complexe: IHTP/CNRS, 1998.

²⁸ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 7 v., 1986-1992. RIOUX, J. P. “A memória coletiva”. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural...* [Trad.]. Op. cit., pp. 307-334.

que a constituem, explorando a complexidade do relato histórico como uma forma de representação do passado, bem como sua relação com a tradição.

Desse modo, a linha de pesquisa permite contemplar o estudo das interpretações e do pensamento da modernidade, das implicações cívico-políticas dos fatos da tradição cultural; possibilita ainda uma grade de leitura do político por meio da análise das mais diversas culturas políticas, nas suas perspectivas míticas, utópicas e imaginárias, na sua tradução doutrinária e ideológica, na sua relação com a memória, os símbolos, os ritos e as liturgias políticas, bem como nas suas expressões institucionais organizadoras da vida em uma sociedade política.

A terceira linha – Relações Internacionais – manteve seu objetivo de analisar não só as ações oficiais do Estado, mas a ação deste Estado em seus focos múltiplos.

Nova reformulação na estrutura do Programa foi realizada, a partir do ano de 2009, quando a linha Relações Internacionais foi colocada em processo de desativação, em virtude da criação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, curso de Mestrado na UERJ. O Programa de Pós-Graduação em História manteve a linha de pesquisa de Relações Internacionais para o doutorado e para o mestrado até que o último aluno desta linha concluísse seu curso. A última defesa da linha de Relações Internacionais no mestrado foi em setembro de 2011. Quanto ao doutorado, a última defesa em Relações Internacionais foi realizada em maio de 2012, tendo em vista que com a nova Deliberação de 2013, essa linha de pesquisa deixou de existir no PPGH.

Vinte anos se passaram depois do primeiro esforço para que o curso de Mestrado fosse iniciado. Hoje galgamos o conceito 5 na última avaliação trienal da CAPES (2010-2012) que indica a excelência do Programa. O percurso para se atingir tal objetivo foi longo. Importantes avanços foram realizados ao longo dos últimos anos. Listamos alguns.

Em primeiro lugar, a tentativa de se criar, em 1999, uma revista para o PPGH – a *Maracanan*. Foi elaborado um número, mas não houve possibilidade de continuação, em virtude da falta de verbas. Em 2004, nova experiência, ainda não exitosa. Por fim, em 2007, a revista iniciou sua trajetória, começando como anual e transformando-se em bianual no ano passado e tornando-se eletrônica, no rastro das demais revistas de outros programas de pós-graduação, graças aos esforços da atual equipe editorial. Aos poucos, ela se firma como um importante *locus* de discussão sobre a História Política. Em segundo, a busca de uma internacionalização do PPGH. Historiadores afinados com a história política e a história cultural muito contribuíram com novidades historiográficas para dar novo fôlego ao curso – um exemplo, os minicursos de Roger Chartier, em 2009 e 2010,²⁹ que inspiraram diversos trabalhos de alunos do Programa.

Outra experiência positiva foi a vinda da historiadora Armelle Enders, professora de História da Université Paris-Sorbonne, pesquisadora do Centre d'Histoire du XIX^e siècle, e professora na Université de Genève (Suíça). É autora de diversos trabalhos sobre historiografia brasileira no século XIX, destacando-se *Os vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*.³⁰ Essa participação foi possível graças ao Edital Programa de Cátedras Francesas na UERJ, pedido em que o PPGH obteve êxito. Armelle Enders ministrou um curso compacto para os alunos do Programa – "A escrita da história no século XIX: historiografia comparada". Sua participação foi de importância fundamental para os docentes e discentes, permitindo uma integração interinstitucional sólida que muito irá contribuir para a consolidação do PPGH.

²⁹ Cultura escrita e "literaturas" na Europa do século XVI ao XVIII, 7 a 10 de julho de 2009, em colaboração com o Instituto de Letras da UFF e "Textos Manuscritos e Textos Impressos na Europa Moderna (XVI a XVIII)", em agosto de 2010.

³⁰ Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

Essa diversificação e esse intercâmbio tornou-se mais frequente nos últimos anos, graças aos diversos laboratórios de pesquisa que compõem o PPGH e que se consolidam como referência nacional e internacional em seus campos de atuação. São onze laboratórios que fortalecem e ampliam pesquisas docentes e discentes, por meio de palestras, eventos, *workshops* que ocorrem em diversos momentos ao longo do período letivo. Essa atuação possibilita ainda a vinda de palestrantes e professores estrangeiros, convidados a fim de ministrar cursos ou para realizar pós-doutoramentos no Programa, indicando que a troca intelectual só pode ser realizada em mão dupla.³¹

Alguns dos laboratórios vinculados ao PPGH mantêm importantes contatos com pesquisadores estrangeiros e diversas instituições de ensino e pesquisa, com destaque para o Laboratório de Estudos sobre Imigração e Estrangeiros (LABIMI), que atua com projetos sobre migrações e está vinculado ao Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Universidade do Porto; o Laboratório de Estudos Intelectuais, Cultura e Política vinculado ao grupo do CEIS/20 da Universidade de Coimbra; o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais (REDES) que mantém contatos internacionais na França, em Portugal e inclui projetos interinstitucionais com a Universidade de Versailles/Saint Quentin, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Coimbra, UNICAMP e a USP e o Programa de Estudos Indianos (PEIND) em convênio com a Universidade de Goa.

Outro dado importante, em função da disseminação do conhecimento acumulado por meio da formação do PPGH são os egressos. Os mestrandos e doutorandos titulados têm obtido inserção no meio acadêmico seja através de concursos públicos, de cargos técnicos de nível superior ou da participação em grupos de pesquisa. Até o ano de 2015 o Programa formou 305 (trezentos e cinco) mestres e 62 (sessenta e dois) doutores. Esses números são um demonstrativo da pujança da nossa capacidade de formação de novos recursos humanos. Esses são atualmente profissionais colocados em universidades públicas, como UFOP, UFG, UFAM, entre outras e também universidades privadas, como a PUC do Rio Grande do Sul. Nossos egressos destacam-se ainda em discussões temáticas nos veículos de comunicação, em publicações, em projetos multidisciplinares e em inúmeras atividades em instituições de pesquisa. A dimensão ampla de sua inserção na sociedade é visível quando do acompanhamento da vida acadêmica e profissional dos nossos pós-graduandos e seu crescimento profissional, o que tem agregado valor ao Programa.

Finalmente, a incorporação de novos professores e pesquisadores rejuvenesceu o quadro docente do PPGH nos últimos anos e ampliou seus objetivos e suas competências. Tal aspecto é importante, pois representa um novo alento ao Programa, especialmente porque vários professores que fundaram o PPGH estão se aposentando, apesar de continuarem a colaborar com sua manutenção. Hoje o PPGH apresenta 25 docentes em seu quadro permanente. Destaque-se que alguns desses professores são antigos alunos do Programa, ainda que não tenham completado toda sua trajetória na UERJ.³²

Ao longo desses vinte anos, os avanços foram reais como comprova a classificação atual do Programa pela CAPES. Muito ainda resta a fazer. Apesar de uma conjuntura mais instável que os

³¹ Nesse caso, podem ser citados diversos historiadores, entre outros, Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas. (Ludwig Maximilians-Universität München/Universidade de Santiago de Compostela), Tiago Miranda (CIDEHUS/Universidade de Évora), Javier Fernández Sebastián (Universidade do País Basco), bem como a presença da professora Sílvia Capanema, docente da Universidade de Paris XIII, que esteve no PPGH como professora visitante, por meio de uma Bolsa CAPES.

³² Como no início não havia doutorado, alguns antigos mestrandos fizeram seu doutorado fora da UERJ e hoje ingressaram em seu quadro docente no Departamento de História e no PPGH.

programas enfrentam nesse momento, não se pode perder o dinamismo que caracterizou a trajetória do PPGH. Novos desafios devem ser enfrentados tanto no plano da pesquisa quanto no do ensino. Há muitas prioridades. Algumas podem ser levantadas: repensar o papel do PPGH em sua interlocução com a sociedade, atuando de maneira mais eficaz, tendo em vista que a formação de mestres e doutores, bem como a pesquisa de qualidade pressupõem não apenas atingir o mundo acadêmico, mas beneficiar a sociedade em seu todo. Portanto, é preciso incentivar, sobretudo, as atividades que possam ter impacto no meio educacional, contribuindo para a melhoria do ensino básico, médio e de graduação. Por outro lado, pensar a internacionalização do Programa por meio da possibilidade de atrair alunos estrangeiros e do estudo de outros países, ainda que de forma comparada. O estudo dos países hispânicos é hoje questão primordial. A visibilidade nacional do PPGH, que é fundamental para atrair bons alunos, deve ser ampliada, com novas ações, tanto de professores como de alunos.

Chegar aos vinte anos indica uma mocidade que não pode ser perdida. As experiências vivenciadas pelos professores que formaram o PPGH bem como a dos novos professores podem auxiliar na fundamentação dessas expectativas. Começa um tempo de futuro, pois, como afirma Koselleck, “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”.³³

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves: Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio de pós-doutoramento em 2009 na UFRJ. Professora Titular de História Moderna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e de História Política no PPGH-UERJ. Pesquisadora em História política, intelectual e cultural do Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX. Participa do Projeto Dicionário de História Comparada - Iberconcepts, coordenado por Javier Fernández Sebastián. Recebeu o prêmio Cientista do Nosso Estado/FAPERJ (2012-2014).

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira: Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É membro de diversas associações de pesquisa – ANPUH, CLEPUL, AHILA, BRASA, SHARP. É Professora Associada e Procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua produção se concentra no período do Brasil Império, principalmente em: história cultural, história política, relações culturais e história do livro e da leitura.

³³ KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 307.